

(D) está adstrito à prova de fatos admitidos, no processo, como incontroversos.

(E) é amplo, cabendo-lhe determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processo.

DIREITO ELEITORAL

82. Com relação à inelegibilidade, analise os seguintes itens:

I. os conscritos, durante o serviço militar obrigatório, são inelegíveis;

II. o membro do Ministério Público, que tenha pedido exoneração, é inelegível, para qualquer cargo, pelo prazo de 8 (oito) anos;

III. o condenado por assédio sexual, em decisão transitada em julgado, é inelegível, para qualquer cargo, até 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

IV. a declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito não atingirá o candidato a Vice-Prefeito;

V. o cônjuge do Vice-Prefeito é inelegível no território da circunscrição deste.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

83. Constituem garantias eleitorais:

I. a prioridade postal aos partidos políticos nos 60 (sessenta) dias anteriores à realização das eleições;

II. o exercício do sufrágio;

III. o salvo-conduto em favor do eleitor;

IV. a presença de força pública no edifício em que funcionar mesa receptora;

V. a proibição da prisão em flagrante de candidatos nos 15 (quinze) dias que antecedem a eleição.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

84. Analise as seguintes assertivas com relação ao direito de resposta assegurado pela legislação eleitoral a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social:

I. o direito de resposta é assegurado a partir do dia 5 de julho do ano eleitoral;

II. quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão, o prazo para pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral é de 24 horas;

III. o candidato ofendido que usar o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa terá subtraído tempo idêntico do seu programa eleitoral;

IV. no caso de ofensa veiculada em órgão da imprensa escrita, a resposta deverá ser divulgada no mesmo dia da semana em que ocorreu a ofensa;

V. no horário eleitoral gratuito, o ofendido usará, para a resposta, tempo nunca inferior a um minuto.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) III e V.

Direito da Infância e da Juventude

85. Assinale a alternativa incorreta.

O adolescente que estiver privado de sua liberdade poderá (A) ficar comunicável excepcionalmente se o interesse público assim o exigir.

(B) peticionar diretamente perante qualquer autoridade.

(C) receber visitas, a não ser que tenham sido suspensas pela autoridade judiciária no interesse do adolescente.

(D) avistar-se reservadamente com seu defensor.

(E) evitar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.

86. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação provisória do adolescente, antes da sentença, pela prática de ato infracional:

(A) só pode ser determinada pela autoridade judiciária de ofício e por um prazo não superior a 30 (trinta) dias.

(B) pode ser determinada de ofício pelo Juiz ou a requerimento do Ministério Público, não podendo ultrapassar o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

(C) poderá ser determinada pelo Juiz, bastando, para tanto, a presença de prova da materialidade do ato infracional e por prazo nunca superior a 5 (cinco) dias.

(D) nunca poderá ser determinada em face do princípio da presunção de inocência, constitucionalmente consagrado.

(E) poderá ser determinada pelo representante do Ministério Público, desde que o autor do ato infracional registre antecedentes.

87. Com relação à medida de semiliberdade, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

(A) será sempre fixada com prazo determinado a critério do Juiz, tendo em conta a gravidade do ato infracional.

(B) somente pode ser determinada como forma de transição para o meio aberto.

(C) admite a realização de atividades externas, mas sempre com autorização judicial.

(D) admite, no que couber, as disposições relativas à internação.

(E) não exige escolarização e profissionalização durante o seu cumprimento.

88. No que diz respeito à remissão, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, não é correto afirmar que:

(A) poderá ser concedida pela autoridade judiciária, depois de iniciado o procedimento, sendo que sua concessão importará na suspensão ou extinção do processo.

(B) poderá ser concedida pelo representante do Ministério Público, antes do início do procedimento judicial para a apuração de ato infracional, como forma de exclusão do processo.

(C) implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade do autor de ato infracional e prevalece para efeito de antecedentes.

(D) poderá ser concedida pelo representante do Ministério Público, tendo em conta as circunstâncias e consequências do fato, o contexto social, a personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

(E) poderá ser novamente concedida ao mesmo adolescente se vier ele a praticar outro ato infracional.

89. De acordo com a legislação vigente, a medida socioeducativa de internação

(A) em nenhuma hipótese pode exceder o período máximo de 3 (três) anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, em decisão fundamentada, no máximo a cada 6 (seis) meses.

(B) poderá ser superior a 3 (três) anos se houver descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

(C) poderá ser aplicada em face da prática de qualquer ato infracional, ainda que o adolescente não registre antecedentes.

(D) não comporta prazo determinado e, durante o seu cumprimento, não será permitida a realização de atividades externas, salvo expressa determinação judicial em contrário.

(E) poderá ser aplicada pela autoridade judiciária competente, em havendo requerimento do Ministério Público a respeito, ainda que haja outra medida que se revele adequada.

90. Está correto afirmar que a medida socioeducativa consistente na obrigação de reparar o dano

(A) pode ser aplicada ao adolescente que tiver praticado qualquer modalidade de ato infracional.

(B) não pode ser aplicada aos adolescentes que registrem antecedentes.

(C) pode ser aplicada ao adolescente apenas quando for possível a restituição da coisa.

(D) não pode ser substituída por outra medida, ainda que a reparação do dano ou a restituição da coisa se revele impossível.

(E) pode ser aplicada ao adolescente que tiver praticado ato infracional com reflexos patrimoniais.

Direito Civil

91. Um cônjuge, casado sob o regime de comunhão parcial de bens e em estado de solvência, firma contrato de fiança em favor de terceiro, sem a necessária outorga uxória. Pode(m) pedir a decretação de anulabilidade:

(A) ambos os cônjuges e o afiançado.

(B) o cônjuge que não firmou o contrato.

(C) o cônjuge que firmou o contrato.

(D) o cônjuge que firmou o contrato e o afiançado.

(E) os credores do cônjuge que firmou o contrato.

92. Em um condomínio edilício, Antonio é proprietário e possuidor de uma unidade condominial. Ele proporciona festas em sua unidade, com frequência, além do horário permitido; não trata com urbanidade seus vizinhos e os funcionários do condomínio. Em decorrência de tais circunstâncias, recebeu convocação para Assembleia Geral a fim de deliberar sobre aplicação de multa por descumprimento de deveres perante o condomínio e comportamento antissocial. A respeito da deliberação da Assembleia em questão, é correto afirmar que deverá ser tomada:

(A) por dois terços dos condôminos restantes, aplicando-se multa de até o sétuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

(B) por maioria simples dos condôminos, aplicando-se multa de até cem salários-mínimos.

(C) por três quartos dos condôminos restantes, aplicando-se multa de até o quádruplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

(D) pela unanimidade dos condôminos, limitada ao valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

(E) por maioria qualificada dos condôminos, limitada ao dobro do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais.

93. A respeito de direitos reais, é correto afirmar:

(A) o direito real não se adquire pela ocupação.

(B) o direito de superfície sobre imóveis rurais pode ser concedido por prazo indeterminado.

(C) o exercício do usufruto não é transferível a título oneroso.

(D) o prazo máximo do contrato de penhor de veículos é de 4 (quatro) anos.

(E) o adquirente de imóvel hipotecado não pode se exonerar da hipoteca.

94. Não é(são) devedor(es) solidário(s), por disposição legal:

(A) testamentários simultâneos, com funções distintas, indicadas no testamento.

(B) comissário, com cláusula del credere no contrato, e pessoas com quem contratar.

(C) administradores de sociedade limitada, por ato culposo no exercício de suas funções.

(D) representante legal, que age dolosamente, e representado.

(E) sócio cedente de quotas de sociedade limitada e cessionário, perante a sociedade, e terceiros até 2 (dois) anos da averbação da modificação do contrato.

95. É(são) legitimado(s) para exigir a cessação de ameaça ou lesão a direitos de personalidade de uma pessoa já falecida:

(A) apenas o cônjuge sobrevivente e descendentes em linha reta.

(B) qualquer parente colateral até o quinto grau.

(C) somente parente em linha reta até o quarto grau.

(D) todos os parentes sem limitação de grau.

(E) todos os parentes colaterais até o quarto grau.

96. Quando os cônjuges decidem pôr fim à sociedade conjugal, pretendendo divorciar-se consensualmente, eles devem levar em consideração:

(A) o prazo de 2 (dois) anos a contar da separação judicial por mútuo consentimento.

(B) a possibilidade de o divórcio ser formalizado perante o Cartório de Registro Civil, inclusive com relação aos filhos menores de 16 (dezesesseis) anos.

(C) a guarda compartilhada, com previsão de visita do pai em dias e horários alternados e opção de a mãe decidir sobre a educação.

(D) o fato de as novas núpcias de um dos cônjuges não lhe retirar o direito de guarda antes fixado.

(E) a prestação de alimentos aos filhos, que poderá ser compensada com a proximidade e visitação do cônjuge.

97. A respeito dos prazos de prescrição, pode-se afirmar que:

(A) os prazos do Código de 2002 (Lei n.º 10.406/02) são aplicados na hipótese de haver transcorrido menos da metade do tempo estabelecido na lei revogada.

(B) os prazos do Código de 2002 (Lei n.º 10.406/02) são aplicados na hipótese de haver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.

(C) até janeiro de 2005, o prazo da usucapião do artigo 1.238 do Código Civil era de 15 (quinze) anos.

(D) o prazo para cobrança de alugueres de prédios urbanos é de 4 (quatro) anos.

(E) o prazo para a cobrança de honorários de árbitros é de 5 (cinco) anos.

98. Considere as assertivas a seguir:

I. decorridos 4 (quatro) anos, o Contrato de Prestação de Serviços é considerado findo, independentemente da conclusão dos serviços;

II. o mandato outorgado por meio de instrumento público somente admite substabelecimento por instrumento público;

III. na doação sujeita a encargo, o silêncio do donatário, no prazo fixado pelo doador, não implica aceitação da doação.

É verdadeiro o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

99. É hipótese de anulabilidade de negócio jurídico:

(A) contrato de mútuo, cujo devedor à época contava com 17 (dezesete) anos e intencionalmente omitiu idade.

(B) casamento de menor em idade núbil, não autorizado por representantes legais, tendo resultado gravidez da cônjuge mulher.

(C) contrato de locação que contém erro no cálculo do valor do aluguel, constatado pelo locatário após o pagamento dos três primeiros meses de locação.

(D) legado deixado por testamento a pessoa que ameaçou testador de ajuizar ação de despejo por falta de pagamento.

(E) escritura de hipoteca de devedor, em favor de credor, não possuindo outros bens e com notório estado de insolvência.

100. É correto afirmar que a aquisição por usucapião de imóvel urbano, por pessoa que seja proprietária de imóvel rural, se dá:

(A) após 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé, limitada a área a 250 m².

(B) após 15 (quinze) anos, independentemente de justo título e boa-fé, sem limite de tamanho da área.

(C) após 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé, limitada a área a 350 m².

(D) após 10 (dez) anos, independentemente de justo título, limitada a área a 01 alqueire.

(E) após 10 (dez) anos, independentemente de boa-fé, desde que não utilizado o imóvel para moradia.

GABARITOS

VERSÃO 1

88º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2011

1-E	2-C	3-D	4-B	5-D	6-A	7-B	8-C	9-E	10-A
11-E	12-D	13-C	14-B	15-B	16-C	17-A	18-D	19-E	20-B
21-E	22-A	23-C	24-D	25-E	26-C	27-B	28-E	29-E	30-A
31-C	32-D	33-B	34-C	35-D	36-B	37-B	38-B	39-D	40-E
41-C	42-B	43-A	44-E	45-D	46-A	47-B	48-C	49-C	50-E
51-B	52-A	53-D	54-E	55-D	56-A	57-C	58-D	59-A	60-B
61-A	62-E	63-D	64-A	65-C	66-D	67-C	68-A	69-E	70-E
71-B	72-D	73-E	74-D	75-E	76-B	77-B	78-C	79-C	80-B
81-A	82-A	83-D	84-D	85-A	86-E	87-B	88-D	89-E	90-D
91-E	92-C	93-A	94-B	95-C	96-B	97-D	98-A	99-B	100-E

VERSÃO 2

88º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2011

1-E	2-B	3-A	4-D	5-B	6-C	7-B	8-A	9-C	10-E
11-D	12-E	13-D	14-B	15-E	16-A	17-D	18-D	19-A	20-A
21-B	22-C	23-C	24-B	25-B	26-E	27-D	28-E	29-D	30-B
31-E	32-E	33-A	34-C	35-D	36-C	37-A	38-D	39-E	40-A
41-B	42-A	43-D	44-C	45-A	46-D	47-E	48-D	49-A	50-B
51-E	52-C	53-C	54-B	55-A	56-D	57-E	58-A	59-B	60-C
61-E	62-D	63-B	64-B	65-B	66-D	67-C	68-B	69-D	70-C
71-A	72-E	73-E	74-B	75-C	76-E	77-D	78-C	79-A	80-E
81-B	82-E	83-C	84-A	85-C	86-E	87-B	88-D	89-D	90-E
91-A	92-E	93-C	94-B	95-A	96-D	97-B	98-D	99-C	100-E

VERSÃO 3

88º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2011

1-D	2-A	3-A	4-B	5-E	6-C	7-A	8-E	9-D	10-C
11-A	12-D	13-B	14-E	15-C	16-E	17-B	18-C	19-A	20-C
21-B	22-D	23-E	24-D	25-B	26-E	27-B	28-A	29-E	30-C
31-D	32-B	33-A	34-D	35-B	36-C	37-E	38-C	39-D	40-B
41-E	42-C	43-A	44-C	45-E	46-B	47-D	48-B	49-E	50-D
51-B	52-C	53-A	54-B	55-E	56-D	57-C	58-B	59-D	60-B
61-D	62-C	63-E	64-A	65-B	66-A	67-E	68-C	69-A	70-E
71-D	72-C	73-A	74-E	75-B	76-D	77-B	78-E	79-D	80-C
81-B	82-A	83-C	84-D	85-A	86-E	87-D	88-B	89-A	90-C
91-D	92-C	93-E	94-B	95-A	96-E	97-A	98-D	99-E	100-B

VERSÃO 4

88º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2011

1-C	2-B	3-E	4-A	5-C	6-D	7-B	8-D	9-E	10-D
11-B	12-D	13-E	14-A	15-D	16-A	17-C	18-D	19-A	20-E
21-C	22-D	23-A	24-C	25-B	26-E	27-B	28-C	29-D	30-B
31-E	32-D	33-A	34-E	35-C	36-B	37-D	38-C	39-B	40-E
41-A	42-C	43-B	44-A	45-D	46-E	47-B	48-D	49-C	50-E
51-B	52-D	53-E	54-A	55-B	56-C	57-E	58-A	59-D	60-E
61-A	62-B	63-D	64-C	65-D	66-E	67-A	68-B	69-C	70-E
71-C	72-B	73-D	74-A	75-E	76-B	77-C	78-D	79-A	80-B
81-E	82-B	83-A	84-E	85-A	86-B	87-D	88-C	89-A	90-E
91-B	92-C	93-D	94-A	95-E	96-D	97-B	98-C	99-E	100-B

Conselho Superior

EDITAL DE 27.07.11

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, FAZ SABER que se acham abertas até o próximo dia **08.08.2011** (cf. RICSM, art.56, parágrafo único) as inscrições ao concurso para o seguinte cargo vago:

PROCURADOR DE JUSTIÇA

PROMOÇÃO MERECEMENTO – 01 CARGO DE PROCURADOR DE JUSTIÇA:

4º PROCURADOR DE JUSTIÇA DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - decorrente da aposentadoria do Doutor OSWALDO HENRIQUE DUEK MARQUES.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido